

**ATA Nº 01 - 2025 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR
PARQUE NATURAL MUNICIPAL RAIMUNDO GONÇALEZ MALTA.**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte cinco, às 18h10 (dezoito horas e dez minutos), os(as) conselheiros(as) do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta reuniram-se na sala de reuniões da SEMAM de forma híbrida (presencialmente e online via Google Meet). Estiveram presencialmente: Márcia Regina Achutti, titular do Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora – ICCO; Gesleine M. Mafra, titular da Secretaria de Obras; Marcia Raquel Botega Bar, titular da Associação dos Moradores do Bairro Vila Real; Katuscia Wilhelm Kangerski, titular da Univali; Diego Bremmer Trevizzan, suplente da Univali; Silvia Mendes Marques, suplente da Escola de Cães Guias Hellen Keller; Guilherme Andre dos Santos, suplente da Secretaria da Pessoa Idosa; Lucas W. Pollon, suplente da SEMAM. Participaram de forma online: Elis Rejane Busanello, titular Escola de Cães-Guias Helen Keller; Jacson Luiz de Souza, titular do Corpo de Bombeiros Militar de SC 13º BBM; Fabiano Heckler, titular do Grupo Escoteiro Leão do Mar e Paulo Ricardo Scwingel, titular do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú. Houve participação presencial de ouvintes: Everton Luis Kultzak; Cinthya Lorga; Osnélio Francisco de Souza; Roberto Carlos Grambow e Pamela da Silva. Vanessa Simon, titular da Secretaria de Educação justificou sua ausência. O presidente, Nelson Oliveira, deu início à reunião, agradecendo a presença dos participantes e leu a pauta da reunião: 1. Apresentação dos conselheiros e atualização dos membros. 2. Plano de manejo do Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta. 3. Criar um calendário de reuniões periódicas e avaliar eventos no interior do parque. 4. Assuntos Gerais. Após todos os participantes se apresentarem, foi abordado o segundo item da pauta. O presidente Nelson informou que o Plano de Manejo do Parque está vencido há sete anos, sendo que a recomendação é de revisão a cada cinco anos. Ele explicou que a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico foi acionada pelo Ministério Público (MP) devido a uma interpretação anterior do plano que considerava a presença da secretaria no parque incompatível com uma área de preservação, além da limitação da antiga estação de tratamento de esgoto. Para atender à exigência do MP de

apresentar um estudo técnico que justifique a permanência da secretaria e o funcionamento do parque, um estudo de capacidade de carga do parque foi contratado com a Univali, com previsão de conclusão em quatro meses. Ele explicou que optou por este estudo mais rápido para responder ao MP, em vez de uma revisão completa do plano de manejo que levaria mais de um ano e teria alto custo. O presidente apresentou uma série de medidas já implementadas ou em andamento em resposta a denúncias e questionamentos do MP. Quanto ao controle de acesso, será implementado um controle de acesso rigoroso para veículos e pedestres no parque. Haverá limitação das vagas conforme previsto no plano de manejo, e com acesso restrito a funcionários e carro autorizados. O portão principal será mantido parcialmente fechado (60-80 cm) para passagem de pedestres e bicicletas. Nelson informou que foi solicitado ao MP prazo de 60 dias, mas tem a intenção de implementar essas medidas em 30 dias. Em resposta a denúncias de atos libidinosos e falta de fiscalização, Nelson informou que o parque está contratando um serviço de câmeras de segurança com reconhecimento facial para a entrada e outras áreas, visando um controle rígido e comunicação com a central da guarda. Foi pontuado que o parque não possuía um sistema de câmeras há mais de 10 anos. Quanto ao carro do programa "Abraço Animal", foi informado que devido ao conflito com a proibição de animais domésticos no parque, foi removido e entregue à Secretaria de Segurança. Sobre os extintores vencidos desde 2017, informou que serão atualizados. O ônibus da educação, que realiza atividades no parque uma vez por mês ficará restrito ao asfalto. Os eventos dentro do parque deverão ser discutidos neste conselho. O presidente estipulou tempo de três minutos para que todos tivessem a oportunidade de falar. Katiuscia, da Univali, e Diego, também da Univali, ambos envolvidos na elaboração do plano de manejo original, reforçaram que o plano de manejo é um documento "vivo" e deve ser revisado e adaptado às novas realidades. Katiuscia reiterou que o posicionamento do MP se baseia na incompatibilidade de certos usos (como a grande circulação de pessoas e secretarias) com uma unidade de conservação de proteção integral, cujo objetivo principal é a proteção da biodiversidade. Apesar do vencimento, o plano de manejo atual continua valendo como ponto de partida até ser revisado. O conselho será responsável por discutir sobre "casos omissos" e interpretações do plano. Gesleine mencionou que a Secretaria de Obras está estudando a saída do Paisagismo do Parque. Lucas comentou sobre a demanda da comunidade e funcionário como o horário de visitação e ressaltou que a proteção às espécies é importante, pois o objetivo

do parque é a conservação. Cinthya complementou que poderia haver horário diferenciado para o verão e para o inverno. Osnélio mencionou sobre a necessidade e importância de segurança para o parque e sobre ter tempo de visitação. Marcia Raquel comentou que colaborou na elaboração do plano, recordou de questões como a presença de gatos caçadores que prejudicavam a fauna local. Informou que é defensora da sustentabilidade e expressou seu desejo de aprender e contribuir. Mencionou que, durante a elaboração do plano, foi debatida a proibição da circulação de bicicletas no parque, devido ao risco de acidentes, o que é de seu conhecimento. A segurança, tanto dos frequentadores e trabalhadores quanto do próprio parque, é um ponto crucial. Ela ressaltou que o local, antes um parque comum, foi transformado em área de conservação e preservação, o que alterou sua dinâmica e gerou atritos com a população devido às restrições. Exemplificou com o caso dos escoteiros, que tiveram que se adaptar, e a remoção de bambus para restauração. Guilherme comentou se colocou à disposição para contribuir com o que for possível. Everton ressaltou que o Parque Raimundo Gonzalez Malta é o "coração verde" de Balneário, uma área de mata preservada que, segundo o plano de manejo, deve ser ampliada de 17,3 hectares para 51 hectares, anexando áreas adjacentes. Ele mencionou a necessidade de realinhar a questão da retirada do bambu, pois, após consulta com o Haroldo da SEMAM, constatou-se que sua remoção causaria erosão no Rio Camboriú, apesar de o plano prever a sua erradicação. Ele salientou que o parque é uma "matéria viva" que exige adaptação contínua. Katiúscia complementou, enfatizando a importância do planejamento vivo e da revisão devido ao dinamismo do processo. Ela recordou que, em relação ao bambu, a sugestão inicial era retirá-lo e utilizá-lo para contenção, inclusive com fotos e testes feitos por um aluno. Houve consenso sobre a preocupação de que o bambu, apesar de conter barrancos inicialmente por seu crescimento rápido, deixa de agregar valor à fauna por não oferecer alimento e formar toceiras, o que o torna conflitante. Foi mencionado que houve tentativa de retirada, mas não havia encontrado soluções para corrigir a erosão da terra, por esse motivo os bambus foram mantidos. Silvia levantou a questão da entrada de animais no parque, especificamente cães socioafetivos e cães-guia. Ela citou experiências onde a entrada foi negada, apesar da lei permitir o acesso desses animais. Silvia questionou o treinamento dos funcionários da portaria sobre essa legislação, destacando a falta de informação da comunidade sobre o parque e suas normas. Ela sugeriu que o parque precisa ser mais divulgado e que os funcionários devem estar

preparados para lidar com situações de cães-guia, pois a tendência é o aumento do número desses animais. Márcia, também participante da elaboração do plano de manejo, recordou as reuniões que ocorriam no local dos escoteiros. Ela reiterou as discussões anteriores sobre a segurança e a remoção dos bambus, que seriam utilizados para contenção, e mencionou que os escoteiros tiveram que adaptar suas atividades. Elis se colocou à disposição para sanar dúvidas ou direcionar a equipe da Escola de cães-guia Helen Keller para auxiliar em questões relacionadas a acessos, legislação brasileira, vacinas, riscos de contaminação e todos os cuidados necessários referentes a cães-guia em um ambiente que recebe grande público e crianças. Fabiano colocou-se à disposição para colaborar com o grupo, especialmente na questão do plano de manejo do parque. Ele ressaltou a "dor" de que a população não conhece o parque, suas regras e as disposições da portaria (como horários e dias de chuva), sugerindo que não se trata apenas de adequações, mas de novas regras e políticas de conduta. Reiterou que o grupo escoteiro está à disposição para ajudar no que for mais correto para o parque. Jackson parabenizou a iniciativa de retomar o processo e se colocou à disposição para colaborar. Ele informou aos demais conselheiros que, em breve, a equipe estadual da guarda-vidas irá na SEMAM para discutir a situação do parque relacionada à temática dos bombeiros e que está à disposição para auxiliar. Paulo parabenizou Nelson e sua equipe pela iniciativa e pelas ações realizadas, destacando a evolução em relação ao período pós-pandemia, quando as reuniões eram improdutivas e a gestão do parque sofria. Ressaltou a importância da participação da Univali, responsável pela montagem do plano de manejo. Ele apontou problemas ocorridos no período pós-pandemia, como o avanço da área asfaltada dentro do parque, o que não era permitido pelo plano de manejo e ocorreu sem a aprovação do conselho, gerando cobranças da sociedade e da mídia. Paulo solicitou o envio do link ou do próprio plano de manejo para todos os membros do grupo, pois não o encontrou em seus arquivos. Por fim, ele questionou como será feita a renovação do plano de manejo, já que o atual está vencido, perguntando se será elaborado um novo plano ou se o existente poderá ser adaptado para um novo período de cinco anos, pedindo que o secretário esclareça essa dúvida. Nelson esclareceu que para elaborar um novo plano de manejo seria necessário mais de um ano com um custo estimado em R\$168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), por isso e para responder ao MP, será atualizado do plano de manejo a capacidade de carga com um novo estudo que terá duração

de quatro meses e custo de por volta de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Ele reforçou que o plano de manejo atual, embora com sete anos (sendo a recomendação de cinco), continua valendo até que seja revisado. Para essa revisão e discussão de casos omissos, o conselho terá papel fundamental. Nelson sugeriu que o conselho se reúna trimestralmente para debater sobre questões não previstas no plano, com base na interpretação coletiva, e questionou se o mesmo horário e dia da semana seriam adequados para as próximas reuniões. A intenção é que, após a resolução do problema com o Ministério Público, um novo estudo abrangente para o plano seja encomendado. Quanto ao terceiro item da pauta, criar um calendário de reuniões periódicas e avaliar eventos no interior do parque, ficou agendado que as reuniões ocorrerão trimestralmente, às quartas-feiras, na primeira semana do respectivo trimestre, às 18 horas. Os eventos a serem realizados no parque serão discutidos previamente pelo conselho. Por fim, Katiuscia esclareceu que, tecnicamente, o plano de manejo não precisa ser refeito na íntegra. O estudo original, diagnóstico e caracterização da área são mantidos e reaproveitados. O que é revisado e refeito é o planejamento, considerando um período de 5 a 10 anos e avaliando as experiências passadas. Sem mais para discutir, o presidente encerrou a reunião às 19h05 (dezenove horas e cinco minutos).